



Internacionalização das ciências sociais: a sociologia paulista e o Projeto Tensões da UNESCO¹

Gustavo Taniguti²

Resumo: Este artigo examina um dos projetos centrais conduzidos entre 1947 e 1955 pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, denominado Projeto Tensões. Caracterizo-o com o intuito de revelar o seu intercâmbio com o campo acadêmico da sociologia paulista. Procuo demonstrar que o interesse da UNESCO nas tensões sociais foi apresentado enquanto um terreno comum para viabilizar uma proposta de universalismo científico. Por meio desse projeto, seus formuladores almejavam introduzir certo *modus operandi* em pesquisas científicas. Especificamente, essa tentativa ganhou expressão em estudos da psicanalista Virgínia Leone Bicudo e do sociólogo Hiroshi Saito.

Palavras-chave: UNESCO; História das ciências sociais; História da sociologia; Virgínia Bicudo; Hiroshi Saito.

Internationalization of the Social Sciences: UNESCO's Tensions Project and the Paulista Sociology

Abstract: *This article examines one of the central projects carried out by UNESCO's Department of Social Sciences between 1947 and 1955 – the Tensions Project. My*

1 Este artigo é resultado pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).
 2 Instituto Federal de Minas Gerais – Brasil – gustavotaniuti@gmail.com – <https://orcid.org/0000-0003-3905-5140>

aim is to reveal its connections with the academic field of sociology from São Paulo, Brazil. I demonstrate that the UNESCO's interest in social tensions was a common ground for its scientific universalism. By carrying on this project, social scientists sought to introduce a certain modus operandi in scientific research. More specifically, this proposal was put into practice by two studies conducted in Brazil by psychoanalyst Virginia Leone Bicudo and sociologist Hiroshi Saito.

Keywords: UNESCO; History of the social sciences; History of sociology; Virginia Bicudo; Hiroshi Saito.

Internacionalización de las ciencias sociales: el proyecto Tensiones de la UNESCO y la sociología paulista

Resumen: Este artículo examina uno de los proyectos centrales llevados a cabo por el Departamento de Ciencias Sociales de la UNESCO entre 1947 y 1955: el Proyecto Tensiones. Mi objetivo es revelar sus conexiones con el campo académico de la sociología de São Paulo, Brasil. Demuestro que el interés de la UNESCO por las tensiones sociales fue un terreno común para su universalismo científico. Al llevar a cabo este proyecto, los científicos sociales buscaron introducir un cierto modus operandi en la investigación científica. Más específicamente, esta propuesta fue puesta en práctica por dos estudios realizados en Brasil por la psicoanalista Virginia Leone Bicudo y el sociólogo Hiroshi Saito.

Palabras clave: UNESCO; Historia de las ciencias sociales; Historia de la sociología; Virginia Bicudo; Hiroshi Saito.

Introdução

Em “A sociologia no Brasil”, escrito originalmente em 1956, o sociólogo e crítico literário Antonio Candido identificou etapas de desenvolvimento percorridas pela sociologia brasileira. Em seguida, afirmou que, nos anos 1940, verificou-se tanto a sua presença no sistema universitário quanto a sua consolidação enquanto atividade profissional. Na década posterior ao fim da Segunda Guerra, Candido testemunhava, em São Paulo, sinais de um acelerado processo de profissionalização. Ali, em meio à efervescência cultural do centro urbano em expansão, foram instaladas as instituições pioneiras inteiramente voltadas ao ensino e pesquisa em ciências sociais. Desde os anos 1930, as elites locais haviam se envolvido diretamente na reforma educacional e na organização universitária (Miceli, 1989).

Não por acaso, a Universidade de São Paulo foi concebida por essas elites e o I Congresso Brasileiro de Sociologia ocorreu em 1954, com o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. De um modo geral, especialistas na história disciplinar da sociologia e antropologia brasileiras afirmam que, em meados do Século XX, o campo acadêmico das ciências sociais paulistas já possuía características marcantes (Jackson, 2007). Na parte final do seu texto, Antonio Candido identificou que a atividade sociológica por ele avaliada já dispunha de conexões externas e certa representatividade: “é fora de dúvida que a sociologia brasileira já existe como bloco, o que se verifica pela posição internacional que vem adquirindo aos poucos” (Candido, op.cit.: 301).

Em países latinoamericanos como o Brasil, Argentina, México e Chile, seria difícil conceber o estabelecimento profissional das ciências sociais alheio à força impulsionadora da UNESCO, agência especializada da ONU (Maio, 2000; Beigel, 2013; Grisendi, 2014; Duedahl, 2016; Cutroni, 2018). Entre as décadas de 1940 e 1950, essa agência financiou diversos estudos e inaugurou espaços institucionais dedicados, a exemplo da *Internacional Sociological Association* (ISA), fundada em 1949. A sua vice-presidência foi ocupada pelo sociólogo e educador Fernando de Azevedo, docente da Universidade de São Paulo que também acumulava o cargo de presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Desse modo, além de nomes conhecidos na ONU, como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Paulo Carneiro, emergentes cientistas sociais brasileiros passavam a lograr uma participação nesse incipiente circuito internacional.

Neste artigo, reconstituo vínculos que os conectam por meio de um projeto internacional de pesquisas ainda pouco discutido, denominado *Tensions Affecting International Understandings* ou, simplesmente, Projeto Tensões. O meu objetivo é examinar a sua participação na história das ciências sociais brasileiras.

O projeto foi financiado diretamente pela UNESCO e contemplou realidades de nações como os Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e Brasil. Seus produtos finais foram diversos, como conferências, brochuras, manuais, coletâneas e relatórios que ainda hoje aguardam avaliações. Em São Paulo, o Projeto Tensões ganhou expressão a partir de duas pesquisas específicas. Elas são analisadas visando ampliar entendimentos a respeito da circulação de conhecimento científico entre pesquisadores profissionais e agências especializadas – o que envolveu movimentos de importação, transferência, tradução, aplicação e transformação de ideias.

Concebido no plano transnacional, o projeto ganhou expressão local nos trabalhos de dois alunos do sociólogo estadunidense Donald Pierson, formados na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP): a psicanalista

Virgínia Leone Bicudo e o sociólogo Hiroshi Saito. As suas pesquisas foram intituladas respectivamente “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas” (1955) e “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupos dos imigrantes japoneses no Brasil” (1953).

Ambas representaram a tentativa de colocar em prática um *modus operandi* do fazer científico, concebido a partir de um eixo coordenador externo. Ao fazê-lo, esses autores buscaram validar a aplicação instrumentos de pesquisa supostamente universais, bem como corroboraram uma interpretação sobre a situação racial brasileira, segundo à qual viveríamos sob um padrão harmonioso de convivência social devido à inexistência do preconceito de raça. Tal avaliação era bem aceita pela UNESCO e por vários cientistas sociais europeus e estadunidenses, contrapondo-se aos casos dos Estados Unidos e África do Sul (Maio, 2007; Motta, 2007; Maio, 2017).

Avaliar essas duas pesquisas demandou assinalar suas diferenças e proximidades com “O preconceito racial em São Paulo” – pesquisa de Roger Bastide e Florestan Fernandes, também executada com o patrocínio da UNESCO. Embora realizadas sob condições semelhantes, o seu planejamento, os seus resultados e a sua recepção no meio acadêmico brasileiro foram distintos.

Por um lado, a pesquisa de Bastide e Fernandes se tornou ao longo dos anos uma referência fundamental para os estudos sociológicos sobre relações raciais no Brasil. O seu planejamento remonta à investigação inicialmente prevista para a revista *Anhembi* (Fernandes, 2008: 17), o que explica, em partes, conclusões e a adoção de fundamentos teóricos e metodológicos distantes daqueles esperados pela UNESCO. Já as pesquisas de Bicudo e Saito tiveram uma baixa repercussão acadêmica, ao passo que aplicaram métodos de pesquisa previstos e, a partir de objetos distintos, validaram a tese de inexistência do preconceito racial em São Paulo. Tais nuances podem ser melhor compreendidas a partir da trajetória do Projeto Tensões. Os dados aqui apresentados resultam de pesquisa documental realizada nos arquivos da UNESCO em Paris, França.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, caracterizo os primeiros anos de atividade do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Em seguida, apresento o processo de elaboração do Projeto Tensões. Demonstro que o tema das “tensões” foi apresentado à comunidade sociológica internacional enquanto um terreno comum para viabilizar uma proposta de universalismo científico. Por fim, argumento que os estudos de Virgínia Leone Bicudo e Hiroshi Saito e Seiichi Izumi representaram a aplicação do Projeto Tensões nas ciências sociais brasileiras, segundo haviam proposto os seus formuladores.

A UNESCO e as políticas de conhecimento do pós-guerra

A proposta de criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ocorreu em novembro de 1942 na primeira edição de uma conferência interministerial dos Países Aliados. Nela, buscou-se confrontar a propaganda dos países do Eixo e coordenar esforços para o planejamento educacional (Singh, 2011; Maurel, 2006; Duedahl, 2016; Elzinga, 2004; Domingues, 2004; Cutroni, 2018). A sua fundação ocorreu anos depois em Londres, em 16 de novembro de 1945, quando estiveram reunidas 43 delegações nacionais, inclusive a brasileira, e foram definidos os seus objetivos e princípios norteadores: contribuir para a manutenção da paz e avançar na colaboração entre as nações a partir de três pilares: educação, ciência e cultura (United Nations Education Scientific and Cultural Organization, 1945).

A sua trajetória não esteve dissociada de ideias e valores apregoados por influentes intelectuais, diplomatas e representantes de Estados-Membros. Ao longo dos anos, as agências especializadas se mostraram terrenos férteis para a consolidação profissional de camadas escolarizadas como cientistas, burocratas e diplomatas. Um exemplo ilustrativo é o da socióloga sueca Alva Myrdal, diretora do Departamento de Ciências Sociais (1951-1954) e laureada com o Prêmio do Nobel da Paz em 1982 (Lengyel, 1986).

O compromisso reconstrucionista da UNESCO acompanhou a ideia de existência de uma só humanidade, em um caminho evolutivo e guiada pela “tradição iluminista de confiança no poder do conhecimento” (Wisselgren, 2017: 149). Ademais, em seus anos iniciais, a relação direta com a prática científica demandou da UNESCO assumir uma posição epistemológica. Basicamente, ela pode ser resumida enquanto a crença no pressuposto da “neutralidade”, isto é, a separação entre resultados científicos e interesses nacionais (Rangil, 2011: 04). Na prática, o Departamento de Ciências Sociais adotou esse pressuposto e o expressou por meio de uma orientação *universalista* conferida a seus estudos até cerca de 1951, mesmo que guiada por interesses de potências como os Estados Unidos.

O governo brasileiro esteve envolvido ativamente na criação da UNESCO. Estudos que examinaram a composição do seu Comitê Executivo nos mostram, inclusive, que, até 1958, a participação brasileira ali foi notável. Além de atuar na constituição da ONU, até 1946, o Brasil foi um dos poucos Estados-Membros da UNESCO oriundos da América Latina. Também dispunha de uma representação instalada em território nacional, denominada Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), criada em 13 de junho de 1946, na cidade do Rio de Janeiro e vinculada ao Itamaraty.

Uma figura de destaque nesse ambiente de relações institucionais foi o diplomata e químico Paulo Estevão de Berredo Carneiro. Naquele mesmo dia, em Londres, Carneiro coordenou a Reunião do Comitê Preparatório da UNESCO, ocasião em que foi definida a sua estrutura organizacional. Era o início efetivo de suas atividades.

Somada a outras sete seções³, nessa reunião, foi aprovada a criação da Seção de Ciências Sociais. A justificativa para tal foi apresentada em um texto intitulado “*The Social Sciences in Modern Society*”. O texto foi redigido por uma comissão de especialistas, recrutada desde o ano anterior para planejar as primeiras atividades da Seção de Ciências Sociais. Ela foi composta pelo geógrafo egípcio Mohamed Bey Awad, pelo economista britânico Percival W. Martin e pelo sociólogo norueguês Arvid Brodersen.

Cerca de cinco meses depois, em novembro, ocorreu em Paris a primeira Conferência Geral da UNESCO. Mohamed Awad representou a comissão preparatória e buscou definir um programa geral de atividades. Ele deu início à sessão citando o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e acatou sugestões feitas por comissões nacionais. Entre elas, a do primeiro presidente negro da Fisk University, Charles Johnson, para quem a UNESCO deveria se dedicar a reunir conhecimentos relacionados ao assunto das “tensões” internacionais que levassem à guerra. Ao final, formulou-se um plano geral de projetos a serem desenvolvidos nos próximos dois anos. Nos registros da Conferência, é possível observar que o estudo das “tensões” esteve entre os seis grupos temáticos de interesse⁴.

A proposta geral do Departamento foi endossada pelo Diretor-Geral, o biólogo inglês Julian Huxley. Pouco antes da Conferência, no texto *Unesco, Its Purpose and Its Philosophy* (1946), ele já havia explicitado a sua simpatia pelas ciências sociais, interessando-se no seu desenvolvimento metodológico, com especial atenção à psicologia social. A Conferência foi encerrada com a projeção de um inédito protagonismo às ciências sociais ao lado de outras áreas, como o direito internacional (Bodet, 1949). Isso ganhou forma nos anos seguintes, em ações e programas de estudos que lhe atribuíram o papel de mediadora de conflitos, isto é, um tipo de conhecimento capaz de contribuir para a convivência pacífica entre nações e grupos.

3 As seções criadas foram: Educação; Ciências Naturais; Filosofia e Estudos Humanos; Museus; Bibliotecas; Ciências Sociais; Artes e Letras; Comunicação em massa.

4 Ao lado de temas como: Organização e serviço às ciências sociais; Planejamento doméstico e comunitário; Centros internacionais de estudo; Organizações internacionais e técnica; Lei internacional.

O Departamento de Ciências Sociais da UNESCO

Em janeiro de 1947, os membros da comissão preparatória do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO se reuniram com Julian Huxley para dar início ao planejamento de atividades. Além dessa comissão, um conjunto de especialistas havia sido recrutado para fins consultivos, em grande maioria oriundos de universidades estadunidenses: Edward Shils (Universidade de Chicago), Nathan Leites (Universidade de Yale), Henry V. Dick (*Tavistock Institute of Human Relations*), Hadley Cantril (Universidade de Princeton), Otto Klineberg (Universidade de Columbia) e Robert Angell (Universidade de Michigan). Durante aquele ano, eles se incumbiram da tarefa de delinear os programas de ação do Departamento, incluindo-se projetos de estudos internacionais.

Entre 1946 e 1951, o Departamento passou por um processo de estabelecimento institucional e, por isso, buscava ainda definir com mais clareza o seu escopo de atuação. É válido lembrar que ele também enfrentava problemas operacionais por ser um dos menores departamentos em termos de recursos e de estafe profissional. Além disso, ele não contava com experiências prévias – o que por vezes alimentava incertezas sobre os caminhos a serem seguidos. O trânsito de seus diretores evidencia certa instabilidade em seu núcleo de gestão. Até o ano de 1955, ocuparam o cargo Mohamed Awad (1946), Arvid Brodersen (1946-49), Arthur Ramos (1949), Robert Angell (1949-1950) e Alva Myrdal (1951-1955).

Além disso, no âmbito das agências da ONU, as ciências sociais tinham um desafio mais abrangente: provar a sua relevância no debate científico da época, concorrendo com as ciências naturais e exatas. As disputas entre essas áreas se evidenciaram no processo de elaboração da conhecida “Declaração sobre raça” (1950) (Brattain, 2007; Maio e Santos, 2010; Hazard, 2016; Gil-Riaño, 2018). Além do impasse sobre a legitimidade da área, a almejada amplitude internacional das ações do Departamento ainda demandava a construção de um circuito acadêmico interligado, mas encontrava resistência devido aos diversos entendimentos locais existentes sobre as ciências sociais (Bodet, 1949). Até fins de 1948, o Departamento se dedicou à organização de sua estrutura interna e ao detalhamento de projetos. Isso significou endossar a fundação de periódicos acadêmicos e associações científicas e estabelecer contato com universidades e departamentos ao redor do mundo.

Nesse período, o tema das “tensões” internacionais foi adotado como um eixo central de interesse para a realização de pesquisas empíricas, o que ocorreu sob forte influência da comissão nacional dos Estados Unidos. O governo

estadunidense dispunha de um quadro próprio de consultores para a área de ciências sociais: o *Panel on Functions of Social Research*. Um de seus membros era o capitão da aeronáutica Robert Angell, que, em 1950, assumiu a posição de Diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e também de Coordenador do Projeto Tensões.

Em documento de recomendação à comissão nacional estadunidense, esses consultores enfatizaram a possibilidade de as ciências sociais contribuírem para o entendimento de atitudes agressivas, nacionalismos e choques culturais, com o intuito de se evitar a ocorrência de conflitos (Panel on Functions of Social Research, 1947). A recomendação se pautava em uma noção presente na constituição da UNESCO, segundo a qual a guerra começa na mente dos seres humanos e, portanto, é na mente deles que a paz deveria ser construída.

Na interpretação de Rangil (2011), interesses estratégicos teriam levado ao predomínio da influência acadêmica estadunidense no Departamento. Até meados da década de 1950, o governo dos Estados Unidos era o principal financiador da UNESCO: em 1947, ele contribuiu com 44% do orçamento total e, em 1950 e 1951, contribuiu, respectivamente, com 35% e 33% do total. Dessa forma, o domínio econômico e o alcance da política externa dos Estados Unidos – evidenciados pelo Plano Marshall e pela Organização dos Estados Americanos – não deixaram de afetar o universo cultural e científico da época (Wells, 1987; Fernandes e Lopes, 2014; Wisselgren, 2017). Mesmo enfrentando limitações diversas, no início de 1948, o Departamento de Ciências Sociais deu prosseguimento a algumas principais atividades. Em meio a outros dois projetos ali conduzidos, intitulados “Estudo de colaboração internacional” e “Métodos em ciência política”, o mais destacado foi o Projeto Tensões. A seção a seguir o apresenta em maiores detalhes.

O Projeto Tensões da UNESCO

O Projeto Tensões foi um programa de estudos oficializado por meio de resolução aprovada na Primeira Conferência Geral, em 1946. Até o início da década seguinte, ele foi o principal projeto do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Os seus objetivos foram declaradamente favoráveis ao exame das tensões sociais que formariam as bases da intolerância entre grupos, oferecendo propostas de convivência social pacífica após o fim da guerra.

Os formuladores originais do projeto foram Edward Shils e Mohamed Awad. O seu primeiro coordenador foi Hadley Cantril, autor do documento *Preliminary Outline of Project on Tensions Affecting International Understanding*. Ainda

sob o título *Tensions Crucial to Peace*, um esboço foi escrito por Mohamed Awad e enviado a Percival W. Martin e Arvid Brodersen no início de 1947. O esquema analítico de Awad, revelado por Mösslinger (2016) e reproduzido a seguir na Figura 1 com base no documento original, informa os temas contemplados e a variedade de disciplinas das ciências sociais responsáveis por estudá-los. Ao final deste artigo, demonstro que estudos específicos representaram a tentativa de executar o Projeto Tensões no Brasil.

Figura 1 Reprodução do esquema analítico do Projeto Tensões (1947)



Fonte: Unesco Archives.

Do planejamento à prática do projeto, foram consumidos cerca de dois anos, ou seja, o período entre 1946 e 1948. Por isso mesmo, o projeto foi apresentado em diferentes versões em que variam os planos de execução, coordenadores e pesquisadores envolvidos. Ainda no primeiro esboço, Awad apresentou seu objetivo central: “reduzir as hostilidades entre os seres humanos, promovendo a aplicação na prática, na vida pública e privada, das lições que podem ser derivadas da pesquisa científica” (Awad, 1947). Para isso, pretendia-se, de início, abordar dezenove tópicos, muitos deles relacionados a questões geopolíticas consideradas prementes. Com a anuência estadunidense, privilegiou-se a eliminação de “tensões” nacionais e étnico-raciais, pois isso representava, no âmbito da produção de conhecimento, uma possível forma de evitar conflitos entre grupos de origens e costumes distintos. Progressivamente, com a participação de especialistas, o Projeto Tensões foi delineado; já na Segunda Conferência Geral da UNESCO, ocorrida no México em fins de 1947, foram aprovadas resoluções específicas para ele.

Procurando atendê-las, em maio do ano seguinte, foi produzida a brochura intitulada “*The Human Sciences and World Peace – The Unesco Project: Tensions*

Affecting International Understandings” (1948), de autoria de Hadley Cantril. Ela apresentou oficialmente e pela primeira vez o projeto ao público. O seu conteúdo projetava uma série de ações a serem realizadas já no segundo semestre daquele ano. Até então, o Brasil não estava incluído no rol de países a serem investigados por pesquisas empíricas. Uma mudança na coordenação do projeto alterou esse cenário.

Em fins de 1948, Hadley Cantril passou o cargo de coordenador para o psicólogo canadense Otto Klineberg, aluno de Franz Boas. Entre 1945 e 1947, Klineberg atuou como professor do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo. A sua posição como coordenador do Projeto Tensões tornou sugestiva a realização de pesquisas sobre raça, estereótipos e preconceito em cidades brasileiras, pois essa havia sido a sua intenção quando residiu no Brasil (Maio, 2017: 137). A isso se somou a já mencionada chegada de Arthur Ramos à direção do Departamento, em 1949 – especialista no estudo do negro brasileiro, com quem Klineberg já mantinha contato.

Na revista *Courier*, foram publicadas reportagens anunciando o início do projeto. Nelas, reforçou-se a ideia do protagonismo dos cientistas sociais. Eles foram apresentados à sociedade civil na condição personagens centrais para a pacificação das relações entre nações por meio do conhecimento científico. Munido desse espírito, o Departamento organizou uma conferência em Paris no mês de junho de 1948, referida como “Conclave dos 8” (Dimas e Leenhardt, Pesavento, 2006).

A partir dos trabalhos individuais apresentados na conferência, foi redigido um manifesto intitulado “*Statement of Tensions Affecting International Understanding*” (1948). Nele, foi ressaltada a importância das ciências sociais e humanas no estabelecimento do entendimento mútuo entre nações. Alguns de seus distintos signatários foram Max Horkheimer, Georges Gurvitch e Gilberto Freyre. No documento, os autores explicitaram que o problema das “tensões” poderia ser contornado por um esforço conjunto e, por isso, recomendaram a realização de estudos científicos internacionais.

A convergência de uma diplomacia ativa com pesquisadores especializados e uma proposta inédita de internacionalização nos mostram que foram múltiplos os vetores que conectaram a UNESCO ao campo da sociologia brasileira a partir de 1948. Certamente, o compromisso do governo brasileiro possibilitou uma participação direta em ações e estudos. E, sobretudo, na ONU, era bem aceita uma visão segundo a qual a tolerância racial e a convivência harmoniosa seriam os padrões de sociabilidade dominantes no Brasil (Maio, 2017). Esse imaginário foi aceito e ganhou força com o reestabelecimento democrático

durante a Quarta República brasileira (1945-64). Formou-se, assim, um cenário propício para a participação do Brasil no Projeto Tensões.

O contato com a sociologia paulista

Os vínculos que aproximaram brasilianistas, cientistas sociais brasileiros e a UNESCO nos primeiros anos do pós-guerra foram variados, e aqui pretendo reconstruir aqueles estabelecidos por meio do Projeto Tensões.

Durante o ano de 1948, o Departamento de Ciências Sociais buscou estabelecer contato com instituições educacionais e de pesquisa em diversos países, seguindo uma resolução específica para o Projeto Tensões. Ela recomendava ao Diretor-Geral listar fontes e distribuir tarefas entre universidades e centros de pesquisa. Em relatório de maio de 1948, consta que o Departamento havia estabelecido contato com o antropólogo e sociólogo alemão Emílio Willems (United Nations Education Scientific and Cultural Organization, 1948). À época, ele era docente da ELSP e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), além de ter fundado a revista “Sociologia” em parceria com Romano Barreto. Também era um atento observador das iniciativas engendradas pela ONU, tendo noticiado a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵.

Willems aceitou fornecer um levantamento e a FFCL se incumbiu de apresentar instituições e pesquisadores brasileiros dispostos a colaborar com a UNESCO. Em outubro, o diretor da FFCL informou que, em julho e agosto, seus pesquisadores foram ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte para fins consultivos. Informaram que “algumas resoluções do Projeto Tensões podem ser conduzidas pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo” (Rodrigues, 1948). Por fim, forneceu cartas de apresentação das seguintes instituições:

- Escola Livre de Sociologia e Política;
- Divisão de Estatística e Documentação Social da Prefeitura do Município de São Paulo;
- Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo;
- Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Departamento Nacional de Educação;
- Fundação Getúlio Vargas;
- Museu Nacional;

5 *O Estado de S. Paulo*, 8 de maio de 1948, p. 09.

- Laboratório de Psicologia do Instituto de Educação de Minas Gerais;
- Faculdade de Filosofia de Minas Gerais;
- Instituto de Pesquisas Econômicas de Minas Gerais;

Essas instituições buscaram estabelecer um primeiro contato profissional de pesquisa prevendo atuar no Projeto Tensões, embora as parcerias não tenham efetivamente se concretizado naquele ano. A condução de estudos vinculados ao projeto foi realizada somente em 1951 em São Paulo, com os estudos de Virgínia Bicudo, Aniela Ginsberg e Lucilla Hermann. Antes de examinar o Projeto Tensões em maiores detalhes, é importante ressaltar que o seu desenho foi alterado diversas vezes ao longo dos anos, acompanhando o próprio desenvolvimento do ambiente institucional que o envolveu.

Um projeto e suas vertentes

Em sintonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em novembro de 1948, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas recomendou ao Departamento de Ciências Sociais a inclusão em suas ações de uma agenda antirracista e de outra agenda voltada à assistência a imigrantes e refugiados. As sugestões foram e incorporadas ao Projeto Tensões, gerando discussões sobre as formas mais adequadas de estudá-las.

Diversos trabalhos interessados na história das ciências sociais brasileiras procuraram elucidar a conformação e execução da agenda antirracista da UNESCO (Pereira e Sansone, 2007; Guimarães, 2007). Ao endossá-la, o Departamento de Ciências Sociais previa atuar, entre outros, na compreensão dos conflitos raciais do ponto de vista psicológico, antropológico e sociológico. Isso resultou, por exemplo, nas conhecidas declarações sobre raça, de 1950 e 1951, e na série “*The Race Question In Modern Science*”. Este artigo focaliza um aspecto que relaciona essa agenda à execução do Projeto Tensões.

Em termos de recursos financeiros, a agenda antirracista inicialmente dependeu do orçamento disponível para o Projeto Tensões (Xirau, 1949). Por isso, em diversas ocasiões, os coordenadores desse projeto anunciaram que o estudo do preconceito racial seria incorporado aos eixos de investigação já existentes (Klineberg, 1949). Essa condição é perceptível nos estudos conduzidos em São Paulo. Eles assumiram um caráter híbrido: alguns estudos permaneceram ligados à proposta do Projeto Tensões e outros foram executados segundo propostas metodológicas distintas. Progressivamente, a agenda antirracista se notabilizou no âmbito da UNESCO a ponto de se desvencilhar do

Projeto Tensões. Os estudos sobre raça passaram, inclusive, a serem assistidos por uma seção departamental interna, coordenada pelo etnólogo suíço Alfred Métraux (Rangil, 2011: 09).

A Figura 2 ilustra o planejamento do Projeto Tensões em dois momentos: 1949 (sob coordenação de Otto Klineberg) e 1951 (sob coordenação de Robert Angell). Ela evidencia uma mudança na configuração dos eixos de investigação propostos, nos temas de estudos e nos países envolvidos que serviram como campo para pesquisas⁶. Assim, nos anos seguintes, os estudos sobre raça já não eram mais situados no âmbito do Projeto Tensões, e mesmo este último já começava a ganhar outros contornos, interessando-se em temas como democracia e desenvolvimento, delegando os estudos psicoculturais à seção de Ciências Sociais Aplicadas.

A inclusão definitiva de cidades brasileiras nos estudos sobre preconceito racial ocorreu no biênio 1949-50, sob tutela do Projeto Tensões. Nesse período, o Departamento recebeu os planos de trabalho para esse fim. Otto Klineberg, então diretor do projeto, recomendou a realização de estudos sobre estereótipos raciais em São Paulo, além do estudo-piloto previsto para Salvador. Ele também sugeriu a inclusão de grupos estrangeiros como judeus, árabes e asiáticos nas amostras (Klineberg, 1950).

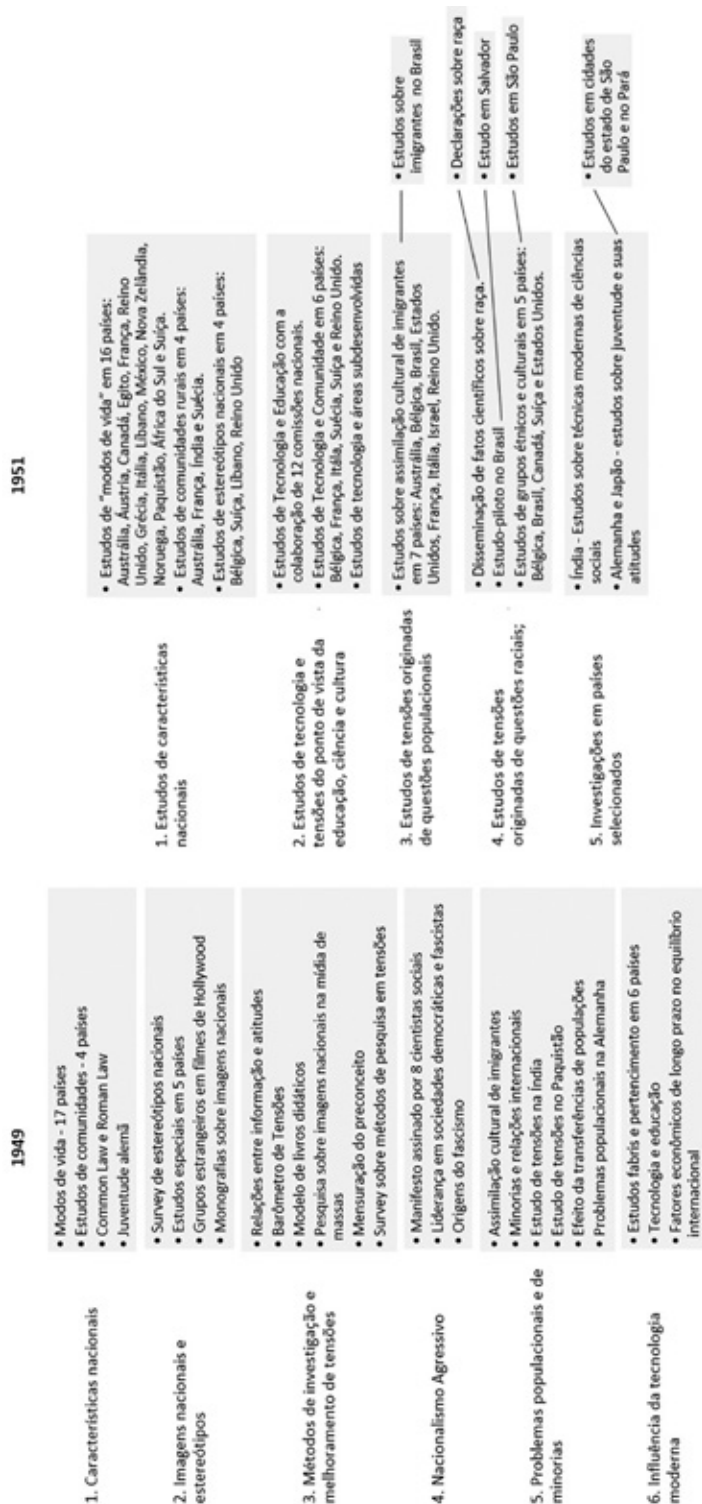
Os estudos sobre preconceito racial patrocinados pela UNESCO executados em São Paulo revelam, portanto, uma diversidade de propostas metodológicas, algumas delas originalmente vinculadas ao Projeto Tensões, e outras mais relutantes em adotar pressupostos pré-estabelecidos. De todo modo, no início dos anos 1950, o tema das “tensões” já figurava no debate acadêmico internacional com certo destaque, o que pode ser constatado a partir de iniciativas engendradas pela *Internacional Sociological Association* (ISA).

O tema das “tensões” e o circuito sociológico internacional

Foi afirmado anteriormente que a UNESCO se empenhou em organizar um circuito acadêmico internacional na área das ciências sociais. A criação de associações e periódicos bem expressou isso: a *International Sociological Association* (ISA), o *International Social Science Council* (ISSC) e o periódico *International Social Science Bulletin* (ISSB). Estimulado pela UNESCO, no início dos anos 1950, o tema das “tensões” internacionais esteve presente nesse circuito.

6 A ilustração se baseia nos documentos de UNESCO Social Sciences Department (1949; 1951).

Figura 2 – Eixos de investigação e temas de pesquisa do Projeto Tensões, 1949 e 1951



A iniciativa de criação da ISA ocorreu em Paris em outubro de 1948, em reunião coordenada por Arvid Brodersen, diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, e por Otto Klineberg, coordenador do Projeto Tensões. Cerca de onze meses depois, em Oslo, na Noruega, foi realizada a reunião de constituição da associação. O seu estatuto foi enviado a cerca de 120 sociólogos de 48 países e deixava claro que o alcance da nova associação era declaradamente maior do que o seu antecessor europeu, o *Institut International de Sociologie*, criado em 1893 por René Worms. Entre os profissionais contatados pela ISA, três eram atuantes em instituições brasileiras: Donald Pierson, Emílio Willems e Fernando Azevedo.

Este último, além ser presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia, também ocupou a vice-presidência da ISA (1950-52). Para a presidência da ISA, foi eleito o sociólogo germano-estadunidense Louis Wirth, que já acumulava diversas experiências executivas, como a presidência da *American Sociological Association* (1947-48) e cargos de direção no *American Council on Race Relations* e no *American Jewish Committee*. Wirth era à época um dos principais sociólogos no campo acadêmico dos Estados Unidos. Especialista na questão racial e expoente de uma segunda geração da Escola de Chicago, ele havia sido um dos orientadores de Donald Pierson. Em sintonia com o Projeto Tensões, Wirth atuou como consultor na tentativa de produzir instrumentos de avaliação de comportamentos e atitudes raciais, como o “barômetro das tensões” – uma pesquisa de atitude destinada a elucidar as causas da violência interracial (Gordon, 2010).

Em linhas gerais, nos meados da década de 1950, uma parcela não desprezível de sociólogos estadunidenses se ocupou do tema das “tensões”, abordando aspectos como relações raciais, nacionalismo e política internacional. Entre eles: Robert Angell, Charles Johnson, Elton Mayo, Talcott Parsons, Joseph Roucek, Krishnalal Shridharani, Gordon Allport, Pitirim Sorokin e Louis Wirth (Wotherspoon, 2015). Contando com a simpatia deste último, o tema das “tensões” se fez presente no *I World Congress of Sociology*, ocorrido em setembro de 1950, em Zurique, Suíça. Ele teve como mote “Pesquisa sociológica em sua pertinência às relações internacionais” e comportou três seções: Questões metodológicas; Características e atitudes nacionais; e Aspectos sociológicos das relações entre nações. Entre os participantes de instituições brasileiras, estiveram Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes e Mário Lins. Outro participante do evento foi o antropólogo japonês Seiichi Izumi, que, em 1952, viria ao Brasil para executar uma vertente do Projeto Tensões.

Sob a presidência de Robert Angell na ISA, a segunda edição do congresso mundial de sociologia ocorreu em 1953 em Liège, Bélgica, e contou com mais

de 300 participantes de 46 países. A lista de trabalhos apresentados se mostrou diversificada e centrada em conferir um status de atividade profissional à área, organizando-se em quatro seções: Estratificação Social e Mobilidade Social; Desenvolvimentos Recentes em Pesquisa Sociológica; Atividades profissionais e responsabilidades de sociólogos; e Conflitos entre grupos.

Alguns dos trabalhos pertencentes à última seção foram selecionados para publicação na ISSB, na “*American Journal of Sociology*” e na “*Revista Mexicana da Sociologia*”. Sob grande interesse de Angell, o período entre 1953 e 1956 foi o último em que o Projeto Tensões teve centralidade no Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, voltando-se ao estudo de conflitos industriais e raciais em nível internacional e questões metodológicas no estudo de conflitos. Desde a segunda edição do congresso, parte dos estudos que compunham o projeto era executada pela Seção de Ciências Sociais Aplicadas; já na Conferência Geral da UNESCO de 1956, nenhuma menção direta foi feita ao projeto.

O que deve ser destacado é o respaldo institucional oferecido pela ISA no estudo das “tensões”, evidenciado na segunda edição de seu congresso mundial: “Após as reuniões do congresso, a ISA foi convidada pelo Departamento de Ciências Sociais da Unesco para preparar um estudo crítico e abrangente das pesquisas atuais, tanto sociológicas quanto psicológicas, sobre conflitos entre grupos” (International Sociological Association, 1958). Disso resultou a publicação *The Nature of Conflict* (1957), organizada com o apoio de Robert Angell, Georges Davy, Arnold Rose, Raymond Aron, Jessie Bernard, Tom Hatherley Pear, Tom Bottomore e Otto Klineberg. Ela se apresentou como um produto direto do Projeto Tensões, celebrando a colaboração entre a sociologia e a psicologia por intermédio da ISA. Centremos nossas atenções nos estudos que representaram a sua execução em São Paulo.

Disputas no estudo do preconceito racial em São Paulo

Embora a principal questão a ser investigada fosse demarcada pelos estudos comportamentais, o âmbito do trabalho ampliou-se, principalmente se levarmos em consideração o rumo que tomam os estudos de Florestan Fernandes, um dos responsáveis pela investigação. Nesse sentido, não são questionadas apenas as relações naquele momento existentes entre negros e brancos em São Paulo, mas buscam-se, na escravidão, as raízes desse relacionamento (Bastos, 2007: 251).

No trecho citado, Élide Rugai Bastos fornece informações importantes que remetem ao planejamento e aos resultados dos estudos sobre preconceito racial

em São Paulo patrocinados pela UNESCO. Venho argumentando que alguns desses estudos contemplaram propostas metodológicas originalmente elaboradas para o Projeto Tensões.

A maior expressão disso era a utilização de instrumentos de pesquisa de enfoque comportamental, oriundos da psicologia social – dos quais Otto Klineberg era um grande expoente. Quando residiu em São Paulo, entre 1945 e 1947, ele acabou não concretizando o plano de estudar estereótipos raciais por problemas de agenda (Maio, 2017); já no âmbito da UNESCO, dedicou-se a um estudo comparativo (Klineberg, 1950). Seu plano de realizar pesquisas sobre estereótipos raciais em São Paulo viria a ser conduzido posteriormente por uma de suas alunas, Virgínia Bicudo.

Mesmo ciente das recomendações de Klineberg e da proposta de universalismo científico da UNESCO, Alfred Métraux, coordenador da divisão de estudos sobre raça, reconhecia que a abordagem psicocultural encontrava resistências entre pesquisadores brasileiros. Por isso, considerava que novos métodos e técnicas de pesquisa poderiam ser adotados no estudo da realidade racial brasileira. Entre outubro e dezembro de 1950, Métraux esteve no Brasil para se reunir com pesquisadores e acertar os detalhes operacionais desses estudos, a serem executados em Salvador, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. Em relatório, informou à direção do Departamento que São Paulo ocupava uma “posição de liderança em toda a América Latina nas ciências sociais” e que, nos dois meses em que esteve no Brasil, foi bem sucedido em firmar as parcerias institucionais desejadas com a FFCL e a ELSP. Além disso, alertou que os resultados dos estudos em São Paulo poderiam ir na contramão de expectativas sobre a inexistência do preconceito racial: “corremos o risco de chegar a conclusões que não atendem às esperanças daqueles que apresentaram e votaram a resolução” (Métraux, 1950).

Em São Paulo, foram conduzidos quatro estudos diferentes: um deles de autoria de Roger Bastide e Florestan Fernandes e outros quatro de autoria de Anieli Ginsberg, Virgínia Leone Bicudo, Lucilla Hermann e Oracy Nogueira. O estudo de Bicudo colocou em prática a sua colaboração prevista desde 1948, centrada nos estereótipos raciais, bem como incluiu a população japonesa em seu inquérito.

As pesquisas foram conduzidas entre 1951 e 1952. Seus resultados foram publicados a partir de 1953 na revista “Anhembi” e, posteriormente, como capítulos do livro “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo – Ensaio sociológico sobre as origens, manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo” (1955), organizado por Roger Bastide e Florestan

Fernandes⁷. Ao longo dos anos, o livro se consagrou como um marco para o estudo das relações raciais na sociologia brasileira.

A pesquisa de Bastide e Fernandes se singularizou por seguir uma orientação fundamentada no princípio sociológico durkheimiano, “que considera os fenômenos particulares investigados em seu modo de integração ao contexto social”. Para os dois autores, o preconceito racial assumia uma configuração distinta em São Paulo. Já em nível nacional, ele expressaria uma forma de estar ligado às estruturas sociais mais amplas. Assim, seria necessário averiguar se, no contexto urbano, o preconceito ainda guardava relações com a antiga ordem escravocrata. Para isso, seriam examinados os seus seguintes aspectos: formação, exteriorização, integração, função e transformação.

Fundamentados nesse princípio metodológico próprio à sociologia, Bastide e Fernandes optaram por não adotar um método de investigação *a priori*, preterindo a abordagem psicológica então almejada pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO: “A elaboração de um projeto de estudo não está sujeita a normas fixas. O pesquisador precisa ajustar-se a condições que variam consideravelmente, em função das causas que podem determinar o desejo ou a necessidade de conhecer-se cientificamente uma dada situação”.

No prefácio à segunda edição do livro, de 1958, Florestan Fernandes revelou que, quando Métraux esteve em São Paulo para discutir o planejamento dos estudos sobre preconceito racial da UNESCO, “o plano desse trabalho já estava pronto e algumas de suas partes em desenvolvimento” (Fernandes, 2008: 17). Isso porque Bastide atendera ao pedido de Paulo Duarte para que fosse conduzida uma investigação, sob patrocínio da revista *Anhembi*. Portanto, diferente das outras pesquisas que o acompanharam, a pesquisa de Bastide e Fernandes, já em fase inicial de execução, não havia sido planejada para a UNESCO, mas se uniu a ela: “os dois planos foram fundidos e unificados, dando-se maior amplitude à pesquisa de campo e à contribuição da psicologia social” (Idem).

Vários trabalhos já examinaram a formulação e a execução desses estudos, com especial atenção ao caso de Bastide e Fernandes, que empregaram métodos de pesquisa variados e se destacaram pela originalidade de seus argumentos (Maio, 1997, 2000; Bastos, 2015; Campos, 2016). De modo complementar, neste trabalho, procurou compreender o lugar ocupado pelo estudo de Virgínia Bicudo, visto que, desde 1948, ela havia manifestado interesse em participar do Projeto Tensões.

7 A obra é originalmente composta por nove capítulos, de autoria de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Anieli Meyer Ginsberg e Virgínia Leone Bicudo. Lucilla Hermann também realizou uma pesquisa no âmbito do projeto. Devido ao seu falecimento, os resultados foram apresentados por Roger Bastide e Pierre Van Den Bergue posteriormente, em artigo na *American Sociological Review*, v. 22, n. 6, 1957.

Virgínia Bicudo, Otto Klineberg e o estudo dos estereótipos raciais da UNESCO

Desde a sua dissertação de mestrado, defendida em 1945 na Escola Livre de Sociologia e Política⁸, Bicudo realizava estudos sobre estereótipos raciais (Maio, 2010). Naquele ano de 1948, participar de um projeto internacional era uma oportunidade singular para uma jovem pesquisadora negra em ascensão. Conforme mencionado anteriormente, em correspondência da FFCL com o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, consta uma carta de apresentação de Virgínia Bicudo atestando o seu interesse em participar do Projeto Tensões.

Essa atuação prevista ocorreu somente em 1951 e seguiu a proposta de Otto Klineberg, centrada nos aspectos psicoculturais das tensões: “Seguindo a linha de orientação dos trabalhos mencionados, trabalhos que focalizam o problema das tensões psicológicas, estou interessada em colaborar no ‘*tensions project*’ da UNESCO” (Bicudo, 1948). A pesquisa foi intitulada “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas”.

Na década de 1930, Bicudo concluiu o Curso de Educadores Sanitários do Instituto de Higiene de São Paulo e, no ano de 1940, foi contratada como docente de Higiene Mental e Psicanálise da ELSP. Na companhia de Oracy Nogueira e Gioconda Mussolini, ela compôs uma geração de alunos que, anos mais tarde, tornou-se docente na FFCL e na ELSP. Em 1954, foi contratada pelo Departamento de Psicologia da FFCL e passou a se especializar em psicanálise. Nos anos 1960, após retornar de uma estadia de cinco anos na Inglaterra, Bicudo tornou-se professora e diretora do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de São Paulo. Na década seguinte, lecionou na Divisão de Saúde Mental da Universidade de Brasília, bem como trabalhou em periódicos e institutos, sendo considerada uma das pioneiras no desenvolvimento da psicanálise no Brasil.

À época da realização de “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas”, a UNESCO apostava na contribuição trazida pela psicologia social para a interpretação das relações raciais no Brasil. Para isso, a agência promoveu a realização de estudos comportamentais (aceitação/recusa) dos estereótipos raciais. O recrutamento de Bicudo ocorreu por indicação de Donald Pierson e Otto Klineberg, que reconheciam a relevância de sua dissertação de mestrado. Em 1946, ela havia assistido ao “Seminário de Psicologia Social”, ofertado por Klineberg na Universidade de São Paulo.

Em seu mestrado, Bicudo chegou a conclusões originais, distintas de Pierson. Para a autora, a aquisição de status social não significava a eliminação do

8 Intitulada “Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”, sob orientação de Donald Pierson.

preconceito de cor. O mulato, em São Paulo, consciente da discriminação existente, procurava adquirir símbolos do grupo branco dominante de forma a ganhar aceitação. Assim, o preconceito de cor não se subsumia à classe (Maio, 2010). Entretanto, em seu estudo sob patrocínio da UNESCO, Bicudo enfatizou não ter encontrado evidências de preconceito racial de fato. Buscou, assim, confirmar a tese da inexistência do preconceito racial na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que diversos estudos sobre estereótipos raciais e nacionais (inclusive entre grupos escolares) eram realizados à época no âmbito da UNESCO por profissionais como William Buchanan, Milton Graham, Pierre de Bie, Jean Piaget, Georges Friedmann, Cora Tenen, Harold James e por Otto Klineberg. Este último foi, portanto, um personagem central na tentativa de se implementar métodos de pesquisa comportamental no Brasil em fins dos anos 1940.

O psicólogo procurou introduzir algumas dessas técnicas no campo acadêmico brasileiro, influenciando jovens pesquisadores. Como exemplo disso, podemos mencionar “Uma pesquisa sobre aceitação de grupos nacionais, “raciais” e regionais em São Paulo”, de Carolina Martuscelli (1950), “Um inquérito sobre as atitudes de estudantes baianos em relação a diversos grupos nacionais e raciais” (1950), de Aniela Ginsberg, e “Um questionário sobre estereótipos raciais” (1951), de Thales de Azevedo. Na avaliação de Jackson e Weidman (2004), a partir da década de 1920, os antropólogos culturais formaram uma “linha de frente” na batalha contra o racismo científico. A outra frente foi formada por psicólogos, dentre os quais Klineberg teve lugar de destaque a partir da década de 1930, quando já era docente na Universidade de Columbia.

Recém-retornado de um período de estadia profissional na Universidade de São Paulo, Klineberg coordenou o Projeto Tensões. No âmbito da UNESCO, a agenda antirracista encontrava respaldo científico nas ciências sociais; para muitos, o Brasil parecia comportar evidências da convivência racial harmoniosa. Na visão de Klineberg, essa característica poderia ser analisada a partir dos estudos comportamentais.

Conforme sintetizou Antônio Sérgio Guimarães (2007), se no Brasil se acreditava não haver preconceito de raça, até então, a discussão das ciências sociais residia em saber se existiria preconceito de cor (conforme afirmava Franklin Frazier) ou apenas preconceito de classe (segundo sustentava Donald Pierson). Essa discussão ganharia ainda mais contornos com a tese da sociedade de transição de Charles Wagley (1952), o estudo da ascensão social de homens de cor na Bahia feito por Thales de Azevedo (1953). Outros, como Bastide e Fernandes, rejeitariam a ideia da inexistência do preconceito racial.

O interesse em se afirmar a inexistência do preconceito racial no Brasil (e nas possibilidades comparativas daí decorrentes) ficou evidente com a publicação de

um conjunto de artigos na *International Social Science Bulletin*, em 1950, logo após a publicação da Declaração sobre Raça. A edição contou com textos de Otto Klineberg e de Donald Pierson. Já em abril de 1951, na revista *Courier*, Alfred Métraux assinou um conhecido artigo, intitulado “*Brazil: a land of harmony of all races?*”. Ali, afirmou que a cor não representaria uma barreira na sociedade brasileira. Em meio a esse debate, a pesquisa de Virgínia Bicudo foi executada, acompanhando as demais pesquisas da UNESCO conduzidas em São Paulo. Foi o seu último trabalho sobre atitudes raciais. A partir de então, ela se dedicou à psicanálise.

A autora buscou evidenciar, no universo escolar, os sentimentos e os mecanismos psíquicos de defesa manifestos nas atitudes relacionadas à cor dos colegas. Foram realizadas entrevistas e aplicação de questionários em uma amostra de 4.520 alunos de escolas do município de São Paulo com idade entre 9 e 15 anos, classificados em: mulatos (2,89%), brancos (86,32%), negros (6,86%) e japoneses (3,99%). De modo geral, buscou-se averiguar se as formas de sociabilidade infantil eram constituídas em bases raciais. A abordagem adotada buscou mensurar atitudes segundo critérios de preferências, assim como em auferir a intensidade de preconceitos motivados por cor, raça e nacionalidade. Em termos da operacionalização de categorias de classificação étnico-raciais, é interessante notar que em seu estudo “japonês” é utilizada de maneira ambígua, pois expressa tanto nacionalidade (em geral dos pais) quanto cor/raça.

Entre os argumentos desenvolvidos pela autora, é possível destacar o da baixa ocorrência de casos de preconceito de fato, pois os dados coletados indicaram a existência de poucas respostas dirigidas efetivamente por motivação racial. Assim, outros elementos além da raça teriam operado nas preferências dos estudantes na escolha de seus parceiros de interação cotidiana. Mais ainda, Bicudo identificou a tendência de outros grupos reproduzirem os padrões de rejeição/aprovação dos estudantes brancos em relação à cor.

Desse modo, ainda que o estudo de Bicudo destacasse a ocorrência do preconceito de cor, a tese da inexistência do preconceito racial permanecia válida, assim como era adequada aos interesses da UNESCO. A pesquisa de Bicudo nos permite constatar que o conjunto de pesquisas publicado sob o título “Branco e Negro em São Paulo” foi composto por pesquisas comportamentais, conforme destacou Élide Rugai Bastos. E, principalmente, o planejamento desses estudos nos remete ao contexto de elaboração do Projeto Tensões.

No tópico a seguir, demonstro que, paralelamente à agenda antirracista, em 1952, uma outra vertente de estudo do Projeto Tensões encontrou a sociologia paulista. A partir dela, pesquisadores investigaram as tensões intragrupoais entre os japoneses no Brasil.

“Tensões” intragrupoais dos japoneses no Brasil: os estudos de Seiichi Izumi e Hiroshi Saito

O sociólogo Hiroshi Saito chegou ao Brasil nos anos 1930 para trabalhar em lavouras do interior do estado de São Paulo. Após finalizar seus estudos em um colégio agrícola, buscou oportunidades de vida na capital. Convidado por Emílio Willems (com quem já havia escrito um artigo), em 1947, ingressou na ELSP. Após se graduar, conduziu uma pesquisa de mestrado na mesma instituição, sob orientação de Donald Pierson. Em fins dos anos 1950, defendeu a sua tese de doutorado, publicada sob o título “O Japonês no Brasil” (1961). Nela, examinou a mobilidade ascendente de japoneses no Brasil – o que lhe serviu, em partes, para atestar uma suposta capacidade inclusiva e não-discriminatória da sociedade brasileira.

Imigrante, jornalista e sociólogo, Saito teve protagonismo central na formação de circuitos intelectuais nipônicos na cidade de São Paulo. Além disso, dedicou parte considerável de sua carreira profissional – construída na ELSP e na USP – ao estudo sociológico dos japoneses imigrados (Taniguti e Jesus, 2012; Cotrim, 2016). A sua condição de estrangeiro em terras brasileiras, que inclui uma detenção em 1942 pela polícia varguista e um inquérito visando a sua expulsão do país em 1952, elucida algumas razões pelas quais ele optou dar continuidade à abordagem cultural-assimilacionista da imigração, inaugurada por seu professor Emílio Willems.

No início dos anos 1950, Saito participou da condução de uma vertente do Projeto Tensões conduzida em São Paulo. Àquela época, o tema da imigração fomentava intensos debates, tanto internamente quanto fora do país. No Brasil, o avanço do regime democrático renovou o interesse em retomar oficialmente a imigração: desde 1949, o governo passou a receber refugiados de guerra e, no ano seguinte, revogou a cotização aplicada à entrada de alguns grupos estrangeiros. No plano internacional, a UNESCO explicitou o seu interesse no tema a partir de publicações como “*The Positive Contribution by Immigrants*” (Handlin, 1955).

A UNESCO acreditava que o padrão de tolerância étnico-racial prevalente em sociedades consideradas pacíficas, como a brasileira, possibilitaria a incorporação de imigrantes, mesmo daqueles grupos considerados mais “resistentes à assimilação”, como os japoneses. Em 1951, o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UNESCO deu continuidade à linha de estudos sobre estereótipos e nacionalismos – um dos pilares do Projeto Tensões. Foi quando a juventude japonesa se tornou tema de um *survey*, intitulado “Atitudes da juventude japonesa” – conduzido no Japão entre 1951 e 1952 pelo sociólogo Jean Stöetzel e pelo

holandês Fritz Vos, em parceria com Eizo Koyama, Takao Sofue, Kunio Odaka, Tomoo Otaka e Seiichi Izumi, da Universidade de Tóquio. O principal resultado desse estudo foi o volume intitulado “*Without the Chrysanthemum and the Sword*”, publicado em 1957.

Os objetivos desse estudo foram, segundo matéria especial da revista *Courier*, encontrar respostas às seguintes questões: “em que se apoiam os jovens do Japão do pós-guerra e quais seus sentimentos e atitudes em relação às mudanças”? Eles seriam realmente uma nova geração “sem o crisântemo e a espada?”. O editor afirmou que “as respostas podem nos ajudar a avaliar as chances do Novo Japão de evoluir em linhas democráticas ou reverter a alguma forma de totalitarismo”. Na avaliação de especialistas, é importante considerar que a produção de conhecimento científico e cultural na UNESCO obedeceu ao jogo de forças mantido pelos interesses das Nações Aliadas. Desse modo, o estudo Jean Stöetzel esteve também “imbuído do medo de uma possível revanche do Japão, ideia então difundida no Ocidente” (Maurel, 2006: 739, tradução minha).

Para os coordenadores do estudo “Atitudes da juventude japonesa”, o Brasil parecia ser um caso imperdível para atestar a ocorrência de mudanças atitudinais. No interior do estado de São Paulo, já haviam sido registrados diversos casos de “tensão” social motivado pela exacerbação do sentimento nacional japonês. Frações de imigrantes se recusaram a aceitar a derrota japonesa na guerra e promoveram atentados e assassinatos contra lideranças que reconheciam a derrota. Izumi e Saito buscaram argumentar que tais conflitos seriam casos excepcionais no processo de aculturação dos japoneses já em curso.

Após algumas visitas exploratórias iniciais, em 1952, por intermédio da ELSP, Seiichi Izumi deu início à coleta de dados em São Paulo, no Amazonas e no Pará. Os procedimentos pesquisa aplicados já haviam sido definidos pela UNESCO. A sua aplicação contou com a colaboração de Hiroshi Saito e da antropóloga Nobue Miyazaki. A pesquisa foi divulgada sob o título “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupal dos imigrantes japoneses no Brasil”. Um de seus objetivos foi “achar um método adequado para os estudos da tensão grupal (da qual foi e continua sendo teatro, a colônia japonesa de após-guerra, que se dividiu em duas correntes facciosas)” (Saito e Izumi, 1953: 195).

Os pesquisadores aplicaram questionários a 637 entrevistados imigrantes japoneses de oito áreas representativas do país. O estudo revelou ao público internacional o conflito entre imigrantes japoneses “derrotistas” e “vitoristas”, estes últimos que, passados alguns anos desde o fim da Guerra, ainda acreditavam na vitória do Japão. Foi notável o esforço dos autores em mostrar que tal conflito havia sido paradigmático; porém, nada mais representaria do que uma

exceção, uma interrupção temporária na *transição* de japoneses em brasileiros. Em termos analíticos, essa transição foi traduzida pela noção de “aculturação” inaugurada por autores da Escola de Chicago (Cotrim, 2016), e seria mais perceptível entre os jovens.

Os achados de pesquisa corroboraram, assim, tanto o interesse da UNESCO em estudar a juventude japonesa do pós-guerra quanto a tese da inexistência do preconceito racial no Brasil. Esses resultados preliminares foram apresentados em sessão da *World Population Conference*, ocorrida em 1954 em Roma, na Itália (Izumi, 1955). No ano seguinte, Izumi realizou um segundo inquérito no Brasil, financiado pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão. O estudo, que também contou com a participação de Hiroshi Saito, abrangeu dezesseis localidades no Brasil onde residiam os japoneses, e deu origem ao livro *Imin* (Imigrante), publicado em 1957.

Na avaliação de Kingsberg, Izumi teve pioneirismo na antropologia japonesa do pós-guerra por difundir a antropologia cultural, em sintonia com as tendências estadunidenses. Contudo, a autora sublinha que isso deve ser compreendido em relação aos interesses que moveram esse tipo de produção científica: “Nas mãos de Izumi, portanto, a antropologia cultural forneceu credibilidade científica para uma nova visão da japonesidade definida pelo cosmopolitismo e a capacidade de se tornar ‘ocidental’” (Kingsberg, 2014: 84, tradução própria). Esse cosmopolitismo ganhou expressão no I Painel Nipo-Brasileiro, realizado em 1956 na ELSP. O evento celebrou o diálogo entre cientistas sociais japoneses e brasileiros.

Considerações finais

A participação de brasilianistas e cientistas sociais brasileiros em ações da UNESCO merece ser constantemente revisitada. Os estudos de Virgínia Bicudo e Hiroshi Saito – intitulados, respectivamente, “Atitudes dos alunos dos grupos de escolares em relação com a cor dos seus colegas” e “Metodologia para o estudo de tensão inter e intragrupal dos imigrantes japoneses no Brasil” –, estão situados em um momento singular do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras do pós-guerra. Por vezes omitidos das narrativas prevaletentes, eles representaram a execução do Projeto Tensões da UNESCO no campo da sociologia paulista no início dos anos 1950. Trata-se de iniciativas que à época alcançaram, possivelmente, uma baixa repercussão acadêmica, o que delas não subtrai uma participação significativa na história disciplinar.

Além das contribuições trazidas pelos resultados alcançados, esses estudos são capazes de nos informar as formas pelas quais se estabeleceu a relação

entre dois domínios científicos em desenvolvimento, situados nos planos local e supranacional, por meio de procedimentos e temas de pesquisa considerados universais.

Ainda que o tema das “tensões” tenha alcançado certo destaque no circuito sociológico internacional com o suporte do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, é particularmente interessante que o seu *modus operandi* científico, com ênfase na abordagem psicocultural de estereótipos raciais e nacionais, tenha encontrado pouca adesão entre os sociólogos brasileiros. Isso pode ser constatado a partir dos trabalhos apresentados no I Congresso Brasileiro de Sociologia, ocorrido em 1954. Creio que em dias atuais é possível reinterpretá-los à luz da história do Projeto Tensões.

A despeito da rigidez institucional presente no sistema universitário de cátedras, os resultados obtidos pela pesquisa indicam que o campo da sociologia paulista esteve aberto a experiências profissionais de internacionalização, resguardando uma capacidade crítica na recepção de conteúdo teórico-metodológico. A busca pela consolidação da sociologia enquanto disciplina autônoma e nacionalmente arraigada, ocorrida na década seguinte, associou-se à tentativa de produzir interpretações sobre a realidade brasileira mais desvinculadas do etnocentrismo científico presente nas antigas “missões” estrangeiras universitárias.

Referências:

- ABRANTES, Antonio Carlos Souza de. Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro De Educação, Ciência E Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira De Ensino De Ciências (FUNBEC). Tese de Doutorado, História das Ciências e da Saúde, FIOCRUZ, 2008.
- ANGELL, Robert. UNESCO and Social Science Research. *UNESCO/ss/TATu/19*, Unesco Archives, 1950, p. 2.
- AWAD, Mohamed. The Birth of Tensions Project. *Box 3275 – Part I up to 1947*, UNESCO Archives, 1947.
- AZEVEDO, Thales de. *Les Élités de Couleur Dans Une Ville Brésilienne*. Paris, UNESCO, 1953.
- BASTIDE, Roger. Les Relations Raciales au Brésil. *Bulletin International des Sciences Sociales*, UNESCO, v. 9, n. 4, 1957, pp. 525-543.
- BASTOS, Élide Rugai; Sessenta anos de publicação de um relatório exemplar, 07/2015, *Sinais Sociais*, v. 10, Fac. 28, 2015, pp. 29-54.

- _____. UNESCO/ANHEMBI: Um debate sobre a situação do negro no Brasil. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 251-269.
- BEIGEL, Fernanda. (Org.). *The politics of academic autonomy in Latin America*. Routledge, 2013.
- BICUDO, Virgínia Leone. Carta de apresentação ao Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Setembro de 1948. Box 327.5 – Tensions Affecting International Understandings – Part I up to 1947. UNESCO Archives, 1948.
- BLANCO, Alejandro. La sociología: una profesión en disputa. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos: la constitución del conocimiento social en la Argentina*. Paidós, 2004, pp. 327-370.
- BODET, Jaime Torres. Unesco and the Social Sciences. In: *International Social Science Bulletin*, v. 1, n. 1-2, UNESCO, Paris, 1949, pp. 9-10.
- BRATTAIN, Michelle. Race, Racism, and Antiracism: UNESCO and the Politics of Presenting Science to the Postwar Public. *The American Historical Review*, v. 112, n. 5, 2007, pp. 1386-1413.
- BRODERSEN, Arvid. UNESCO's tenth anniversary: a retrospective sketch. *International Social Sciences Bulletin*, v. VIII, n. 3, 1956, pp. 401-407.
- CAMPOS, Luiz Augusto. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo: a história de uma edição. *Revista Estudos Políticos*, v. 6, n. 2, 2016, pp. 622-627.
- CANDIDO, Antonio. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, [1959] 2006, pp. 271-30.
- CANTRIL, Hadley. The Human Sciences and World Peace: A Report on the Unesco Project: Tensions Affecting International Understanding. *Public Opinion Quarterly*, v. 12, n. 2, 1948, pp. 236-242.
- _____. Preliminary Outline of Project on Tensions Affecting International Understanding. *UNESCO/Soc.Sci./2/1947*. UNESCO Archives, 1947s.
- COTRIM, Aline de Sá. Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964). Dissertação de mestrado, História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
- CUTRONI, Anabella Abarzúa. El poder simbólico de la Unesco en América Latina sobre el vínculo Flacso – Unesco. *História da Educação*, v. 22, n. 55, 2018, pp. 244-259.
- DIMAS, Antônio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. 1. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS/ Editora da USP, 2006. v. 1. 343p.
- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. International Science, Brazil and the Diplomacy in Unesco (1946-1950). *Science, Technology and Society*, Oxford U.P., New Délhi, v. 9, n. 1, jan./jun. 2004, pp. 29-50.

- DUEDAHL, Poul. (Org.). *A History of UNESCO: Global Actions and Impacts*. Palgrave macmillan, 2016.
- ELZINGA, Aant. A UNESCO e a política de cooperação internacional no campo da ciência. In: MAIO, Marcos Chor. (Org.). *Ciência, Política e relações internacionais: ensaios sobre Paulo Carneiro*. Rio de Janeiro, UNESCO, Ed. Fiocruz, 2004, pp. 89-143.
- FERNANDES, Jéssica Silva e LOPES, Dawisson Belém. Projeção de poder estatal e transnacionalização de interesses: uma análise do comportamento dos Estados Unidos na UNESCO. *Carta Internacional*, v. 9, n. 2, 2014, pp. 31-48.
- FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. 4. ed. São Paulo, Global, 2008.
- GIL-RIANO, Sebastián. Relocating anti-racist science: The 1950 UNESCO Statement on Race and economic development in the global South. *British Journal for the History of Science*, v. 51, n. 2, 2018, pp. 281-303.
- GORDON, Leah N. The individual and 'the general situation': The tension barometer and the race problem at the University of Chicago, 1947-1954. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, v. 46, 2010, pp. 27-51.
- GRISENDI, Ezequiel. El centro de la periferia: internacionalización de las ciencias sociales y redes académicas latinoamericanas. Manuel Diegues Junior y los avatares de la sociología del desarrollo. *Revista Crítica e Sociedade*, v. 4, n. 2, 2014, pp. 148-167.
- GOMES, Janaina Damaceno. Os segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). Tese de doutorado, FFLCH, 2013.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. O Projeto UNESCO na Bahia. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 25-37.
- HANDLIN, Oscar. *The positive contribution by immigrants: a symposium prepared for Unesco by the International Sociological Association*. Paris, Unesco, 1955.
- HAZARD, Anthony. *Postwar anti-racism: The United States, unesco, and race, 1945-1968*. Palgrave Macmillan, 2016.
- HUTCHINSON, Bertram. *Conditions of Immigrant Assimilation in Urban Brazil*. U.N. Document General E/CN. 12 URB/13. Santiago, 1958.
- INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. *The nature of conflict; studies on the sociological aspects of international tensions*. Paris, UNESCO, 1958.
- _____. World Congress of Sociologists. Abstracts of papers received for the discussion meetings. ISA/Z/8. 1950.
- IZUMI, Seiichi, Acculturation Among the Japanese Agricultural Immigrants in Brazil. In: United Nations Department of Economic and Social Affairs. (Ed.). *Proceedings of the World Population Conference, 1954, vol. II*, New York, United Nations, 1955, pp. 467-476.

- JACKSON, Luis Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo soc.*, v. 19, n. 1, 2007, pp. 115-130.
- JACKSON, John P. Jr. e WEIDMAN, Nadine M. (Eds.). *Race, Racism and Science: Social Impact and Interaction*. New Brunswick, Rutgers, 2004.
- KINGSBERG, Miriam. “Becoming Brazilian to Be Japanese: Emigrant Assimilation, Cultural Anthropology, and National Identity”. *Comparative Studies in Society and History*, v. 56, n. 1, 2014, pp. 67-97.
- KLINBERG, Otto. The Unesco Project On International Tensions A Challenge To The Sciences Of Man - Presidential address by Otto Klineberg on the occasion of the annual meeting of the eastern psychological association. *International Social Science Bulletin*, v. 1, n. 1-2, Unesco, Paris, 1949.
- . *Tensions Affecting International Understanding, A Survey of Research*. New York, Social Science Research Council, 1950.
- . Comments on memorandum regarding Research on Race Relations in Brazil. *Box 323.1*, Unesco Archives, 1950.
- LENGYEL, Peter. *International Social Science: The Unesco Experience*. New Brunswick, N.J., Transaction, 1986.
- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. Cientificismo e antirracismo no pós-2ª Guerra Mundial: uma análise das primeiras declarações sobre raça da Unesco. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.). *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2010, pp. 145-170.
- MAIO, Marcos Chor. “Uma Polêmica Esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o Tema das Relações Raciais”. *Dados*, v. 40, n. 1, 1997, pp. 127-162.
- . Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO. *Tempo Social*, v. 11, 1999a, pp. 111-136.
- . O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, 1999b, pp. 141-58.
- . O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. *Revista USP*, n. 46, 2000, pp. 115-128.
- . Modernidade e racismo: Costa Pinto e o projeto Unesco de relações raciais. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 11-24.
- . Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, v. 35, 2010, pp. 309-355.
- . A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial. *Varia hist.*, v. 33, n. 61, 2017, pp. 135-161.
- MAUREL, Chloé. *L’Unesco de 1945 à 1974*. Thèse de doctorat, Paris 1, 2006.

- MÉTRAUX, Alfred. Correspondência de Alfred Métraux ao Diretor-Geral. 22 de janeiro de 1950. Race questions and protection of minorities – Part II from 1950 to 1951. SS/Memo/2279. UNESCO Archives.
- MICELI, Sérgio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.
- MÖSSLINGER, Martina. Assimilation and integration discourses in the social sciences (1945-1962). Tese de doutorado, Universität Wien, 2016.
- MOTTA, Roberto. “Gilberto Freyre, René Ribeiro e o Projeto UNESCO”s. In: PEREIRA, Claudio; SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007, pp. 38-62.
- PANEL ON FUNCTIONS OF SOCIAL RESEARCH. Recommendations to the National Commission for UNESCO. *Box 327.5 – Part I up to 1947*, UNESCO Archives, 1947.
- PEREIRA, Claudio e SANSONE, Livio. (Org.). *Projeto Unesco no Brasil*. Salvador, EDUFBA, 2007.
- PIERSON, Donald. *Survey of the literature on Brazil of sociological significance published up to 1940*. Cambridge: Harvard University Press, 1945.
- PLATT, Jennifer; WALLERSTEIN, Immanuel. *A brief history of the ISA: 1948-1997*, 1998. Bottom of Form
- RANGIL, Teresa T. The politics of neutrality: UNESCO’s Social Science Department, 1946-1956. CHOPE Working Paper n. 2011-08, 2011.
- RODRIGUES, Milton Camargo da Silva. Correspondência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ao Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. Report on Social Sciences Organizations, existing in Brazil, which are willing to cooperate on resolutions 5.1.1.2, 5.1.1.3 e 5.1.1.4 of the Tensions Project, pp. 01-2. *Box 327.5 – Tensions Affecting International Understandings – Part I up to 1947*. UNESCO Archives, 1948.
- SAITO, Hiroshi e IZUMI, Seiichi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. *Sociologia*, v. 15, n. 3, ago. 1953.
- SAPIRO, Gisèle. Entre o nacional e o internacional: o surgimento histórico da sociologia como campo. *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, 2018, pp. 349-372.
- SINGH, J. P. *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO): creating norms for a complex world*. London, Routledge, 2011.
- STÖETZEL, Jean. *Without the chrysanthemum and the sword: a study of the attitudes of youth in post-war Japan*. Paris, UNESCO, 1955.
- TANIGUTI, Gustavo. Takeshy; JESUS, Matheus. Gato. “Sociologie de l’immigrant: Hiroshi Saito et l’institutionnalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-1960)”. *Bresil(s)*, v. 2, 2012, pp. 201-224.
- UNITED NATIONS EDUCATION SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Acte Constitutif*. Paris, UNESCO, 1945.

- _____. Outline of plans for the execution of the project 'Tensions affecting international understanding' and report of progress to 15 may 1948. 8 EX/2, Paris, 31 de Maio, 1948. UNESCO Archives.
- UNESCO Social Sciences Department. Principal Project. UNESCO Tensions Research. UNESCO/SS/TAIU/18, 4 de novembro de 1949. Unesco Archives.
- _____. Studies of Social Tensions, 1947-1952. UNESCO/SS/2, 15 de janeiro de 1951. Unesco Archives.
- XIRAU, Josep. Correspondência a Robert Angell. SS/Memo/1391/21 de dezembro de 1949. Box 323.1 *Race questions and protection of minorities – Part I up to 1950*. UNESCO Archives.
- WAGLEY, Charles. *Race and class in rural Brazil*. Paris, Unesco, 1952.
- WELLS, Claire. *The UN, UNESCO and the politics of knowledge*. Palgrave Macmillan, 1987.
- WISSELGREN, Per. From Utopian One-worldism to Geopolitical Intergovernmentalism: UNESCO's Department of Social Sciences as an International Boundary Organization, 1946-1955. *Serendipities: Journal for the Sociology and History of the Social Sciences*, v. 2, n. 2, 2017, pp. 148-182.
- WOTHERSPOON, Terry. Knowledge and Salvation for a Troubled World: Sociology and the Conference on Science, Philosophy and Religion. *The American Sociologist*, v. 46, 2015, pp. 373-413.

Periódicos

- COURIER, v. 1, n. 1, 1948, p. 7. Unesco Archives.
- COURIER, v. 1, n. 5, 1948, p. 2. Unesco Archives.

Recebido em: 23/06/2020

Aprovado em: 06/03/2021

Como citar este artigo:

- TANIGUTI, Gustavo. Internacionalização das ciências sociais: a sociologia paulista e o Projeto Tensões da UNESCO. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 12, n. 1, janeiro - abril 2022, pp. 169-198.